



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO
INTERNA

Orçamento do Estado 2015

Programa Orçamental Segurança Interna

03 de novembro de 2014



A. Grandes Opções do Plano 2015 na área da Administração Interna

B. Indicadores operacionais na área da Segurança Interna

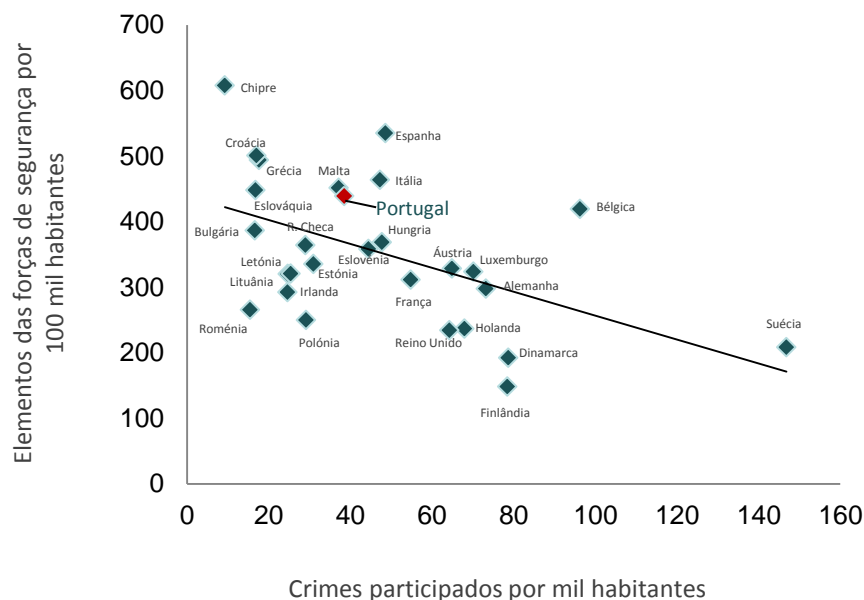
C. Recursos humanos

D. Medidas de eficiência

E. Orçamento do MAI

F. Projetos estratégicos

Criminalidade registada e n.º de elementos nas Forças de Segurança, 2012



Fonte: Eurostat. França: dados de crimes relativos a 2009. Irlanda: dados de crimes relativos a 2006.

No domínio da segurança, Portugal está bem referenciado em termos internacionais, ajudando a projetar uma imagem para o exterior de um país seguro. Este desempenho é um contributo relevante para o processo de ajustamento da economia Portuguesa, uma vez que a manutenção de um clima de paz e serenidade constitui um importante pilar para a recuperação da atividade económica.

O Programa do Governo, na secção dedicada à administração interna, identifica as duas dimensões principais da intervenção governativa nesta área: clarificar domínios de atuação de forma a evitar incertezas e duplicações de recursos; coordenar e promover a cooperação e a partilha de informação entre os intervenientes, de forma a originar economias de escala.

Grandes Opções do Plano para 2015

GOP 2015

“As estatísticas da criminalidade têm melhorado substancialmente nos últimos anos: não só se tem verificado uma descida contínua e consistente desde 2008, como se registou, em 2013, o número mais baixo de crimes participados desde 2003.

No indicador mais geral – crimes por mil habitantes – Portugal está entre os países com melhor desempenho na União Europeia.”

Um dos desafios na área da Administração Interna é o aumento da eficiência, sem pôr em causa os níveis elevados de eficácia das Forças e dos Serviços de Segurança (FSS).

Atuação em duas dimensões:

Aumento da eficiência dos serviços centrais de suporte

Reforço das condições operacionais das FSS e da proteção civil

Aumento da eficiência dos serviços centrais de suporte

Um novo paradigma nos serviços centrais de suporte do MAI, concretizado com a publicação da nova Lei Orgânica do MAI (DL 112/2014):

- i. Existência de um único serviço central de suporte de interface entre a tutela e os serviços operacionais;
- ii. Implementação de um sistema de informação de gestão;
- iii. Reforço do papel da Unidade Ministerial de Compras, garantindo maior transparência e concorrência na contratação pública.

Reforço das condições operacionais das FSS e da proteção civil

- i. Manutenção de um fluxo regular de entradas e de promoções na GNR e na PSP;
- ii. Eliminação do défice dos serviços de assistência na doença já em 2015 e revisão do modelo de gestão;
- iii. Transferência da gestão dos meios aéreos próprios do Estado para a ANPC;
- iv. Revisão das leis orgânicas e dos estatutos do pessoal da GNR e da PSP;
- v. Conclusão do projeto 112.pt com a construção do Centro Operacional do Norte;
- vi. Implementação do plano de ação para aumento da resiliência, da cobertura, da segurança e do grau de serviço da rede SIRESP;
- vii. Investimento em instalações e em viaturas para as FSS;
- viii. Introdução da última geração tecnológica do sistema RAPID no controlo de fronteiras;
- ix. Aplicação do novo modelo de financiamento dos corpos de bombeiros, mais transparente e estável;
- x. Combate à sinistralidade rodoviária com a implementação do Sistema Nacional de Controlo de Velocidade (SINCRO);
- xi. Continuação do investimento no reforço dos equipamentos e das infraestruturas de proteção civil, no âmbito do Programa Operacional (POSEUR) negociado com a Comissão Europeia.



A. Grandes Opções do Plano 2015 na área da Administração Interna

B. Indicadores operacionais na área da Segurança Interna

C. Recursos humanos

D. Medidas de eficiência

E. Orçamento do MAI

F. Projetos estratégicos

B. Indicadores operacionais na área da segurança interna

CRIMINALIDADE PARTICIPADA

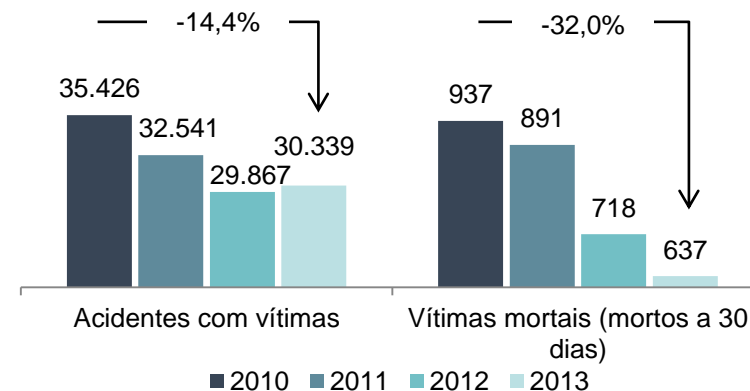
Número de crimes participados



Fonte: RASI 2003 - 2013

SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA

Acidentes com vítimas e vítimas mortais a 30 dias



Fonte: Observatório de Segurança Rodoviária

CRIMINALIDADE VIOLENTA E GRAVE

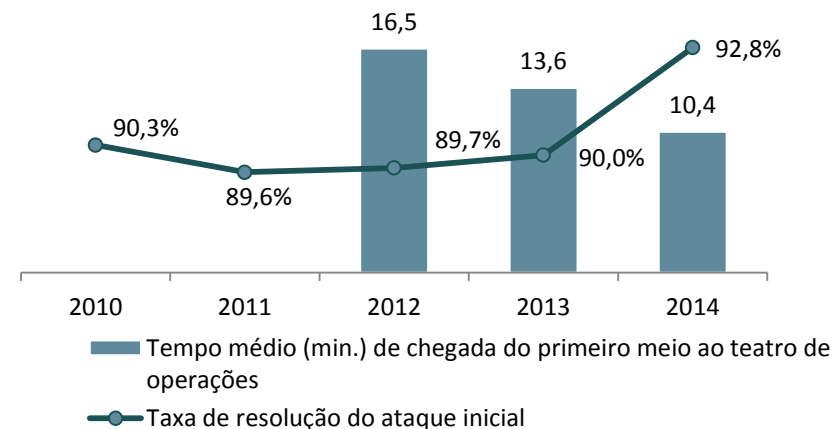
Número de crimes violentos e graves



Fonte: RASI 2003 - 2013

PROTEÇÃO E SOCORRO

Eficácia do ataque inicial



Fonte: ANPC



A. Grandes Opções do Plano 2015 na área da Administração Interna

B. Indicadores operacionais na área da Segurança Interna

C. Recursos humanos

D. Medidas de eficiência

E. Orçamento do MAI

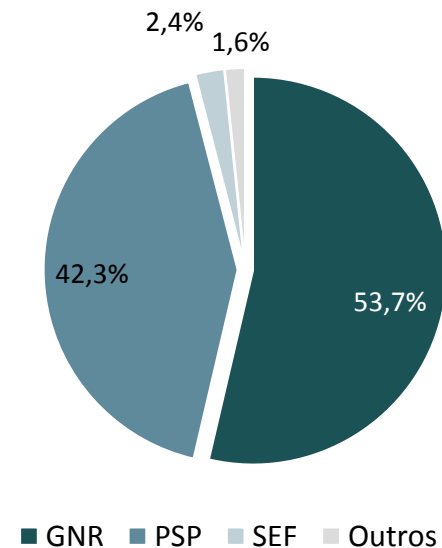
F. Projetos estratégicos

C. Recursos humanos MAI

Visão global



	Pessoal (junho de 2013)	Pessoal (junho de 2014)	Variação junho 2013 - junho 2014	% do total (junho de 2014)
Guarda Nacional Republicana (GNR)	29.636	29.192	-1,50%	53,67%
Polícia de Segurança Pública (PSP)	23.617	23.022	-2,52%	42,33%
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)	1.340	1.303	-2,76%	2,40%
Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)	230	218	-5,22%	0,40%
Secretaria-Geral do MAI (SGMAI)	138	127	-7,97%	0,23%
Serviços Sociais GNR (SSGNR)	126	146	15,87%	0,27%
Direção-Geral da Administração Interna (DGAI) ⁽¹⁾	92	75	-18,48%	0,14%
Direção-Geral de Infra-estruturas e equipamentos (DGIE) ⁽¹⁾	80	67	-16,25%	0,12%
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)	75	67	-10,67%	0,12%
Gabinetes ministeriais	59	57	-3,39%	0,10%
Empresa de Meios Aéreos, S.A. (EMA) ⁽²⁾	56	33	-41,07%	0,06%
Serviços Sociais e Cofre de Previdência PSP (SSPSP)	48	43	-10,42%	0,08%
Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI)	41	40	-2,44%	0,07%
Sistema de Mobilidade Especial (SME)	21	0	-100,00%	0,00%
Total do Ministério da Administração Interna	55.559	54.390	-2,10%	100,00%



Fonte: Sistema de Informação de Gestão Orçamental.

Os números incluem os elementos das Forças de Segurança na reserva/pré-aposentação, bem como comissões de serviço e outros vínculos.

(1) Fusão na SGMAI concluída no segundo semestre de 2014.

(2) Extinção concluída no dia 29 de outubro de 2014.

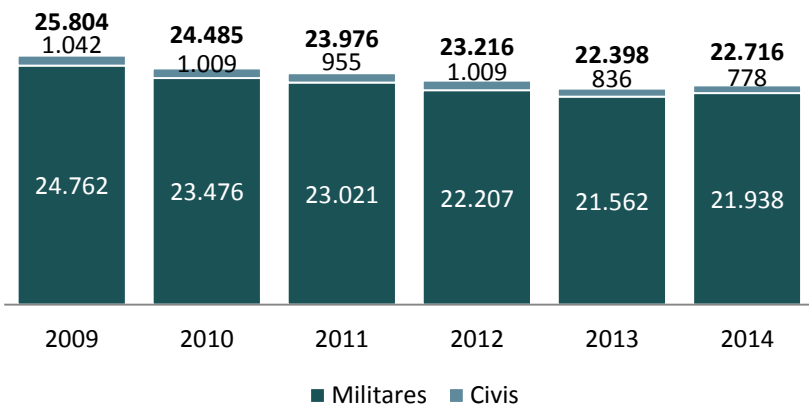
C. Recursos humanos MAI

Forças e Serviços de Segurança (1/4)



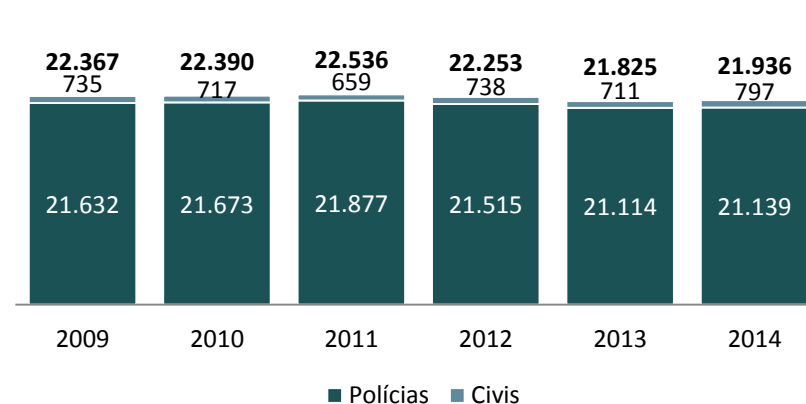
Guarda Nacional Republicana

2009-2014 (excluindo reserva)



Polícia de Segurança Pública

2009-2014 (excluindo pré-aposentação)



Fonte: GNR, PSP (incluindo dirigentes e alunos e excluindo adidos). Os valores para o final de 2014 são uma previsão.

- De 2009 a 2013, verificou-se uma redução gradual do número de elementos da GNR e da PSP de 13,2% e de 2,4% respetivamente;
- Em 2014, o efetivo da GNR aumentou 1,4%, precavendo o aumento das saídas que se prevê para os próximos anos;
- A ligeira redução de efetivos da PSP tem vindo a ser compensada com a libertação de polícias de trabalhos administrativos para funções operacionais.

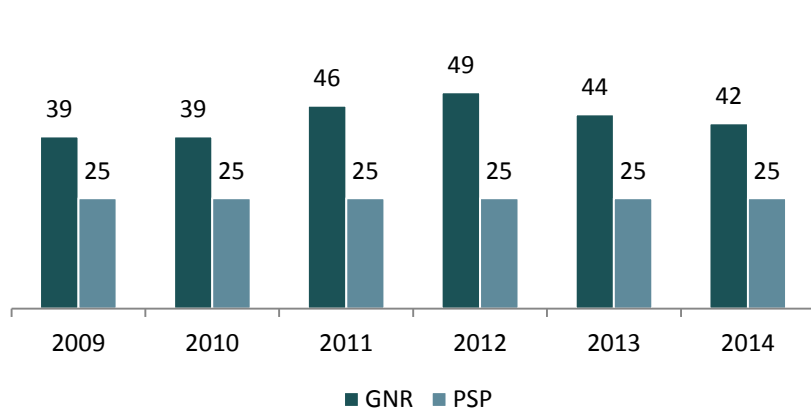
C. Recursos humanos MAI

Forças e Serviços de Segurança (2/4)



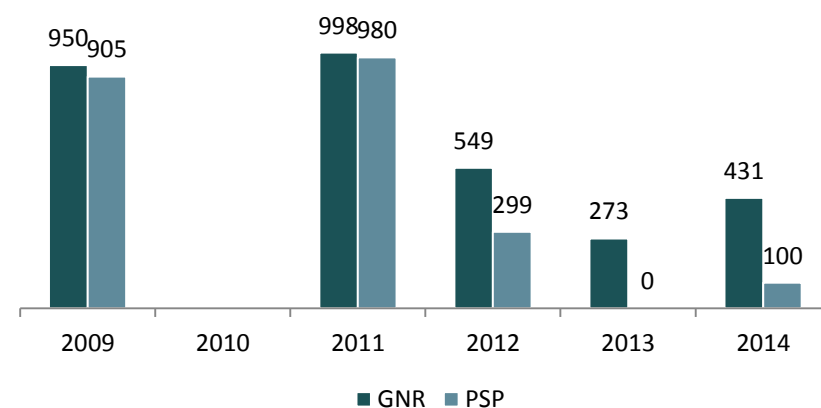
Ingresso de oficiais

2009-2014



Ingresso de guardas / agentes

2009-2014



Fonte: GNR, PSP (contabilizado pelo número de ingressos no primeiro ano dos cursos de formação respetivos)

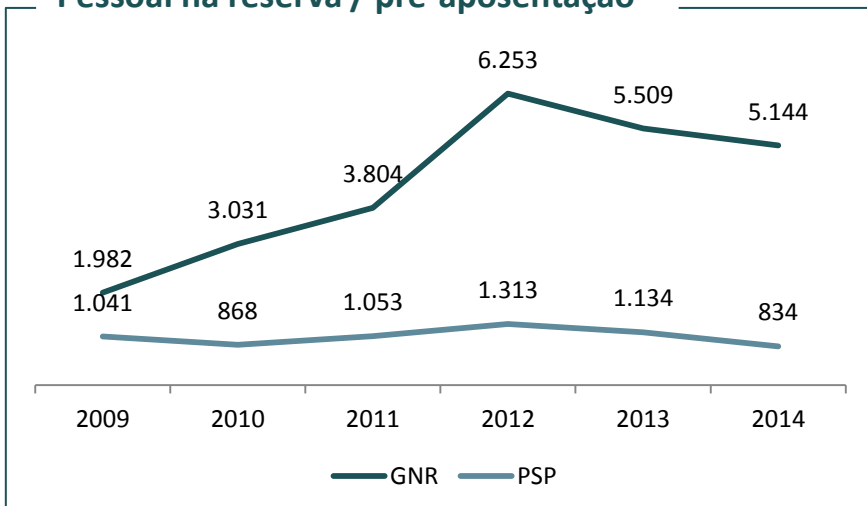
- O número de ingressos de oficiais tem-se mantido relativamente estável;
- Salienta-se o carácter irregular do ingresso de guardas/agentes, com consequências ao nível da eficiência no funcionamento dos centros de formação da GNR e das escolas da PSP.

C. Recursos humanos MAI

Forças e Serviços de Segurança (3/4)

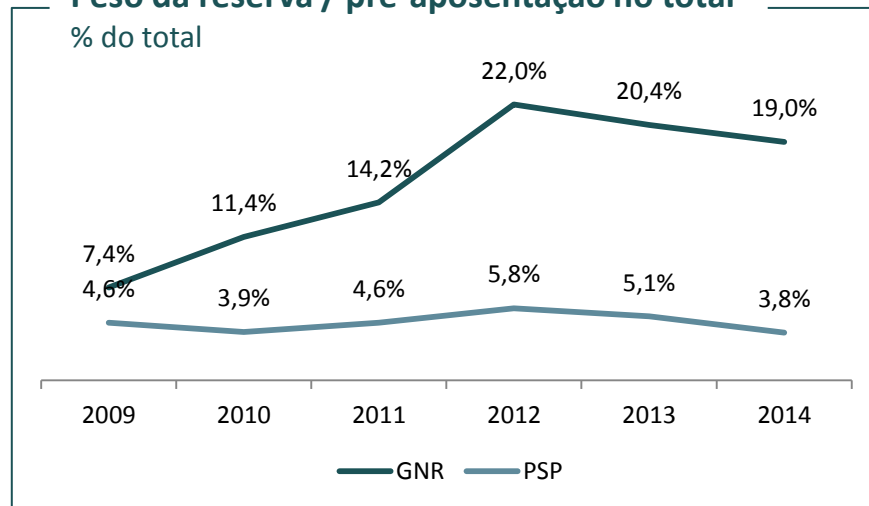


Pessoal na reserva / pré-aposentação



Peso da reserva / pré-aposentação no total

% do total

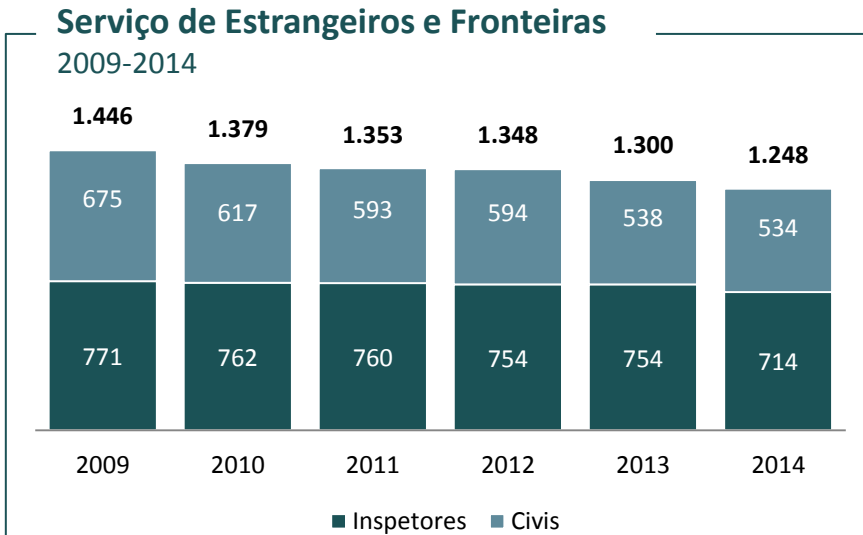


Fonte: GNR, PSP. Os valores para o final de 2014 são uma previsão.

- Na GNR, os elementos na reserva têm um peso elevado no total de efetivos da força de segurança;
- Em 2013 e 2014 tem-se assistido a uma redução do número de elementos a passar à condição de reserva, invertendo a tendência dos anos anteriores;
- A percentagem de elementos da PSP na pré-aposentação tem apresentado igualmente uma tendência decrescente nos últimos dois anos, situando-se em 3,8% em 2014.

C. Recursos humanos MAI

Forças e Serviços de Segurança (4/4)



Fonte: SEF. Os valores para o final de 2014 são uma previsão.

- O número de elementos no SEF, em particular dos civis, tem diminuído consistentemente desde 2009, dado que desde 2005 o número de novas entradas tem sido praticamente nulo;
- Em 2014 foi lançado um concurso para a contratação de 45 novos inspetores.



A. Grandes Opções do Plano 2015 na área da Administração Interna

B. Indicadores operacionais na área da Segurança Interna

C. Recursos humanos

D. Medidas de eficiência

1. Nova orgânica do MAI
2. Serviços de assistência na doença
3. Extinção da Empresa de Meios Aéreos S.A.
4. Contratação pública
5. Renegociação do contrato SIRESP
6. Otimização dos espaços e renegociação de rendas
7. Reorganização do dispositivo policial nos Comandos Metropolitanos da PSP
8. Despesa dos Gabinetes Ministeriais

E. Orçamento do MAI

F. Projetos estratégicos

D. Medidas de eficiência

Nova orgânica do MAI (1/3)



Centralização na Secretaria-Geral das atribuições dos serviços centrais de suporte do MAI

Estabelecimento da **SGMAI como o serviço de interface** entre a tutela e os serviços operacionais, clarificando os domínios de intervenção e eliminando as duplicações de recursos

Aumentar a eficiência e a eficácia da vertente de suporte do MAI

Reforço da área da contratação pública

Reforço da área das tecnologias da informação e da comunicação

Reformulação das atribuições na área da gestão do património e das instalações

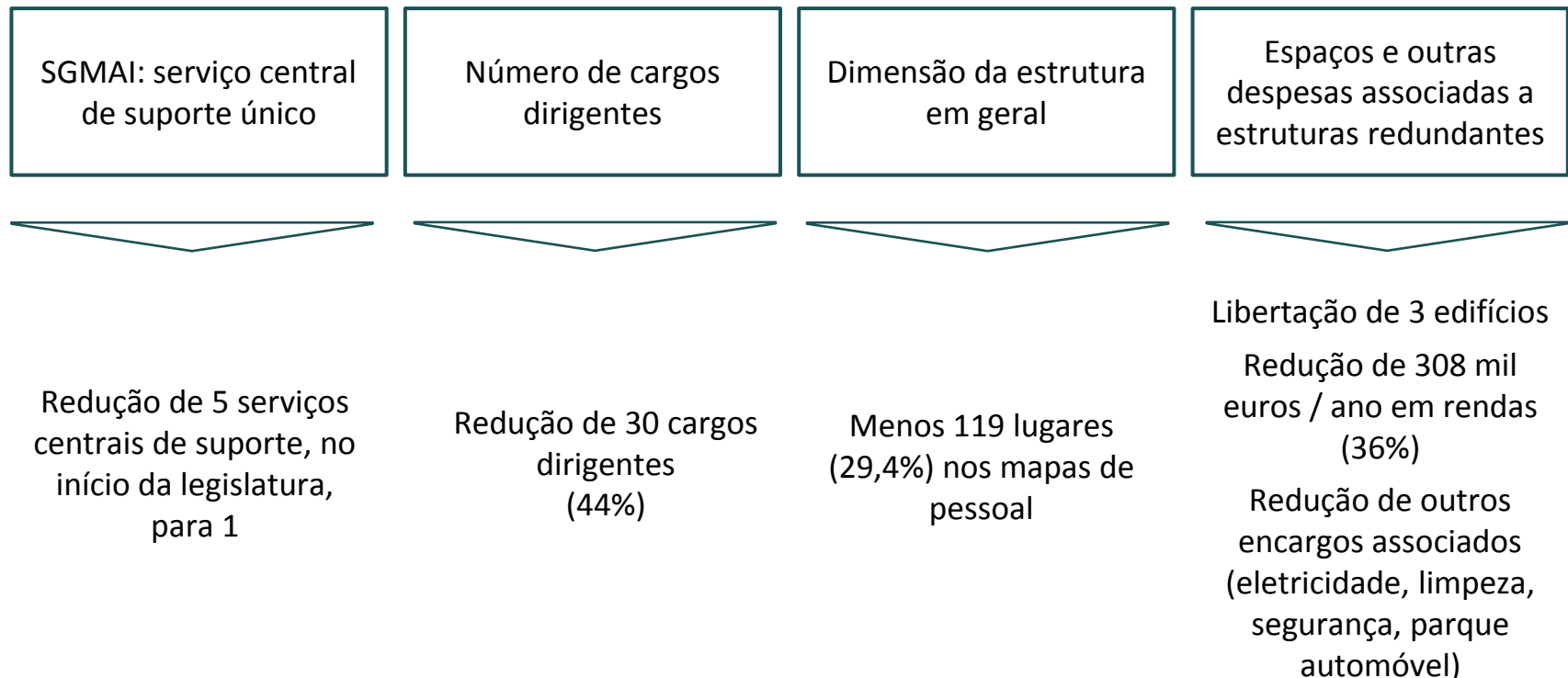
Centralização na SGMAI da informação relevante para a tomada de decisão pela tutela, estabelecendo as bases para a criação de um sistema de informação de gestão do MAI (SIGMAI)

D. Medidas de eficiência

Nova orgânica do MAI (2/3)



Otimização dos recursos



Poupança anual global de 3 M€ com estrutura dos serviços centrais de suporte

D. Medidas de eficiência

Nova orgânica do MAI (3/3)



A centralização das atribuições dos serviços centrais de suporte permite congregar na SGMAI a informação dos vários serviços do MAI



O sistema de informação de gestão do MAI (SIGMAI) tem como objetivos:

1. A tomada de decisões informadas;
2. Responder rapidamente e com fiabilidade aos pedidos de informação;
3. Transmitir de forma rápida e concisa a informação essencial para a caracterização do universo do MAI;
4. Reduzir o tempo de aprendizagem e tornar mais suaves as transições entre gabinetes.

O **SIGMAI** apresentará:

- Um sistema de mapas online, disponível para a tutela e para os responsáveis dos serviços;
- Os principais indicadores de gestão do ministério: recursos humanos, contratação pública, composição do orçamento e execução orçamental, instalações e parque de viaturas;
- Informação atualizada automaticamente, permitindo a consulta do histórico.

D. Medidas de eficiência

Serviços de assistência na doença (1/2)



Serviços de Assistência na Doença (SAD)

- A redução da despesa dos SAD em cerca de 38% (de 83M€ para 52M€) e o aumento da receita em cerca de 28% (de 30M€ para 39M€) permitirá reduzir as transferências do OE de 53M€, em 2013, para 12,7M€, em 2014, **gerando uma poupança de cerca de 40M€ no orçamento do MAI**;
- Com o aumento da comparticipação dos beneficiários da GNR e PSP, em linha com o verificado na ADSE, e a redução da despesa, resultante da renegociação das convenções existentes, é previsível que os SAD da GNR e da PSP não necessitem de financiamento público em 2015, **antecipando-se o cumprimento da meta estabelecida no Memorando de Entendimento que fixava o ano de 2016 para alcançar este objetivo**;
- **Em 2015, os subsistemas de saúde públicos passarão para a tutela do Ministério da Saúde**, visando-se obter ganhos através da coordenação entre os vários subsistemas, sob uma gestão especializada, beneficiando da uniformização dos procedimentos, mas mantendo o respeito pelas especificidades decorrentes da natureza dos beneficiários.

Resultados obtidos

- ✓ **40 milhões de Euro** de poupanças em 2014.

D. Medidas de eficiência

Serviços de assistência na doença (2/2)

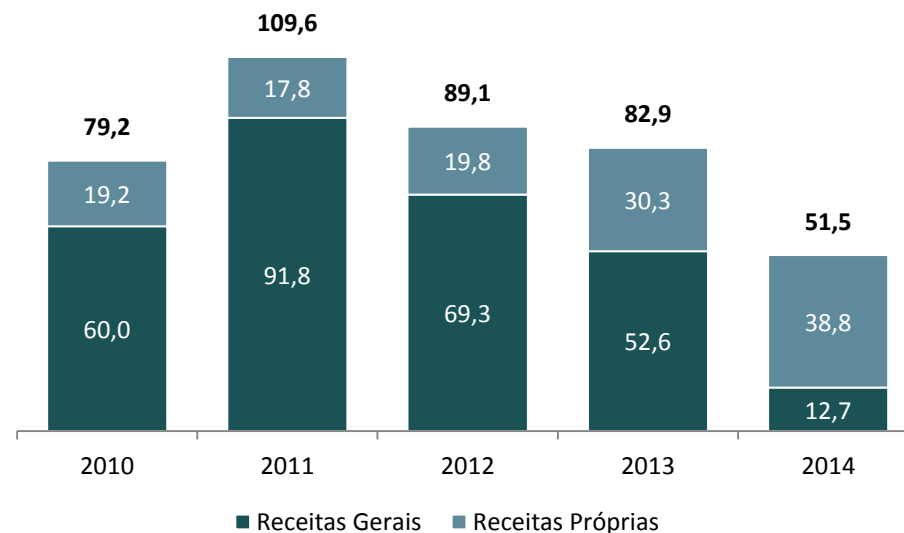


Despesa e financiamento dos SAD da GNR e da PSP, 2010-2014 (milhões de Euro)

Despesa paga no ano

Financiamento por “receitas próprias” (contribuições dos beneficiários)

Financiamento por “receitas gerais” (contribuição do OE)



Fonte: Conta Geral do Estado, Execução Orçamental até 31 de dezembro de 2013 e previsões para 2014.

Em 2011 foram pagas despesas de anos anteriores no valor de 28,7 M€.

- A despesa dos SAD deverá reduzir-se em cerca de 38% em 2014 face a 2013. Isto poderá representar uma poupança de cerca de 40M€ para o OE – **esta será a poupança mais significativa no âmbito do MAI em 2014;**
- As contribuições dos beneficiários aumentaram de 17,8 M€ em 2011 para 38,8 M€ em 2014 (estimativa).

D. Medidas de eficiência

Extinção da Empresa de Meios Aéreos, SA (EMA)



Empresa de Meios Aéreos, SA (EMA)

Criada pelo Decreto-Lei n.º 109/2007, de 13 de abril

Assegurar a gestão integrada do dispositivo permanente e garantir a disponibilidade de todos os meios aéreos no âmbito da Segurança Interna e da Proteção e Socorro.

Manutenção: adjudicatário

Custo anual 17,2 M€

Operação: EMA

Custo anual 14,3 M€

Total 31,5 M€

Extinção em outubro 2014

Esforço de racionalização das estruturas públicas sem comprometer a capacidade operacional no âmbito das missões de interesse público. A ANPC passa a assumir a gestão dos meios aéreos.

Gestão dos contratos dos meios aéreos:
ANPC

Titularidade dos meios: continua no Estado

Manutenção e Operação: adjudicatário

Custo anual 19,8 M€

Resultados obtidos

- ✓ Foi **extinta** a única empresa na esfera do Ministério da Administração Interna;
- ✓ Proporcionará **poupanças significativas, sem prejudicar a capacidade operacional dos meios aéreos.**

Poupança anual = 11,7 M€ (37%)

D. Medidas de eficiência

Contratação pública



Unidade Ministerial de Compras (UMC)

Maior **centralização das compras na UMC** da SGMAI, permitindo:

- Uniformizar os procedimentos, aumentando a qualidade dos procedimentos de contratação;
- Agregar os procedimentos de vários serviços do MAI, aumentando o poder negocial e reduzindo os tempos dos procedimentos;
- Melhorar a articulação entre os serviços do MAI e a eSPap;
- Centralizar a informação e melhorar o planeamento dos calendários dos procedimentos.

Em 2014, a UMC passou a direção de serviços, estando a ser reforçada em termos de competências e de recursos humanos.

Resultados obtidos

(Exemplos de poupanças)

- ✓ **RNSI:** Poupança anual de **3,8 M€** a partir de 2015 (45%);
- ✓ **Comunicações Móveis:** Poupança anual estimada de **0,7 M€** a partir do 2º semestre de 2014.

D. Medidas de eficiência

Renegociação do contrato SIRESP



Renegociação da PPP do Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP)

- No Memorando de Entendimento foi assumido pelo Governo Português o compromisso de realizar todas as diligências para a revisão dos contratos de Parcerias Público-Privadas;
- O Ministério da Administração Interna concluiu que existe margem operacional para a revisão dos termos em que assenta o modelo financeiro do Contrato SIRESP, sem prejuízo da qualidade da rede;
- Foi constituída uma Comissão para a Renegociação do Contrato SIRESP;
- Encontra-se a ser desenvolvido um conjunto de diligências negociais junto da concessionária e dos seus acionistas.

Resultados esperados

- ✓ **Redução dos encargos públicos** associados ao projeto, **sem comprometer os níveis de serviço e de qualidade** atuais da rede SIRESP.

D. Medidas de eficiência

Otimização dos espaços e renegociação de rendas



Renegociação de rendas

- Renegociação do contrato do Tagus Park (SEF e ANSR)
- Despacho do SEAMAI a determinar redução de 20% nas renovações de contratos;
- Empenho dos serviços na renegociação dos contratos de arrendamento;
- Reorganização dos espaços dos serviços centrais de suporte.

Otimização dos espaços dos serviços do MAI

- Redução do número de edifícios dos serviços de suporte do MAI de 6 para 3;
- Ganhos de eficiência com a maior proximidade geográfica dos serviços;
- Redução da área útil ocupada em 26%;
- Redução das rendas anuais em 36% (308 mil euros);
- Redução significativa das despesas de manutenção (segurança, limpeza, energia, etc.);
- Libertação das ex-instalações do Governo Civil de Lisboa para ampliação do Museu do Chiado;
- Alienação do imóvel do Governo Civil de Castelo Branco.

Resultados obtidos

(No conjunto do MAI)

- ✓ Mais de **60 contratos renegociados**;
- ✓ **700 mil euros de poupanças** em 2014;
- ✓ **1,1 milhões de euros de poupanças** em 2015.

D. Medidas de eficiência

Reorganização dos Comandos Metropolitanos



Reorganização dos Comandos Metropolitanos de Lisboa e do Porto

- A reorganização do dispositivo resultou de uma proposta operacional da PSP e foi coordenada com as Câmaras Municipais de Lisboa e do Porto;
- Permitirá a diminuição de 35 para 22 esquadras no Comando de Lisboa e de 24 para 16 no Comando do Porto, com impacto positivo na capacidade operacional;
- Acompanhada por um investimento na construção de novas esquadras e na requalificação das existentes;
- Correção da assimetria existente no dispositivo, em função da população adstrita e do número de ocorrências.

Resultados obtidos

- ✓ **400 polícias** libertos de trabalho administrativo para funções de patrulhamento;
- ✓ Maior **presença e visibilidade** dos elementos policiais;
- ✓ Incremento das componentes preventiva e reativa;
- ✓ Afetação mais eficiente dos recursos humanos;
- ✓ **Melhores condições de trabalho** e de **atendimento ao público.**

D. Medidas de eficiência

Despesa dos Gabinetes Ministeriais

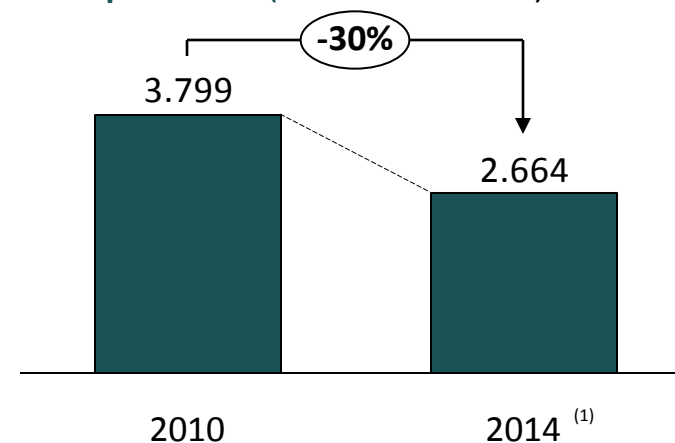


Redução da despesa dos gabinetes do MAI

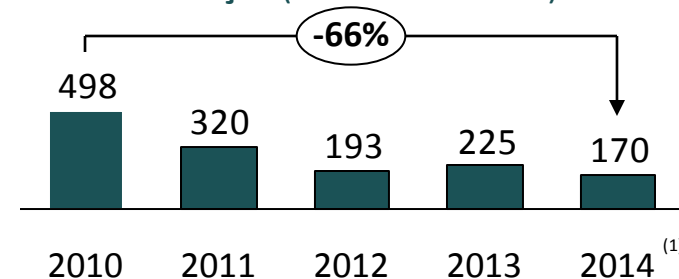
- O Governo fixou como objetivo reduzir significativamente as despesas dos Gabinetes Ministeriais;
- No Ministério da Administração Interna:
 - A comparação entre 2010 e 2014 mostra uma redução de 30% na despesa total dos Gabinetes do MAI;
 - Destaca-se a redução de 66% na aquisição de bens e serviços.

Resultados obtidos

Despesa total (milhares de Euro)



Evolução das despesas de aquisição de bens e serviços (milhares de Euro)



(1) Anualizado face à execução até 15 de outubro de 2014.



- A. Grandes Opções do Plano 2015 na área da Administração Interna
 - B. Indicadores operacionais na área da Segurança Interna
 - C. Recursos humanos
 - D. Medidas de eficiência
 - E. Orçamento do MAI**
 - F. Projetos estratégicos
-

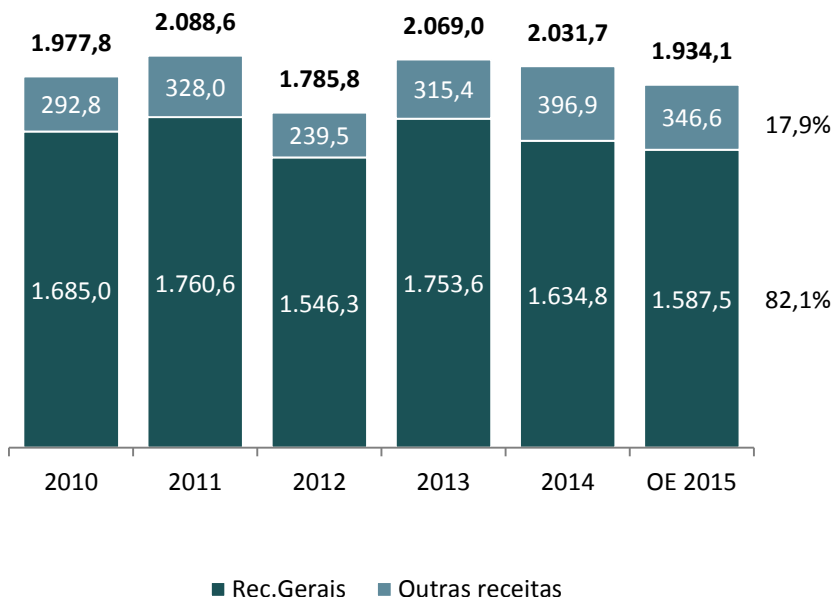
E. Orçamento do MAI

Perspetiva histórica (1/3)



Receitas gerais e outras fontes de receita

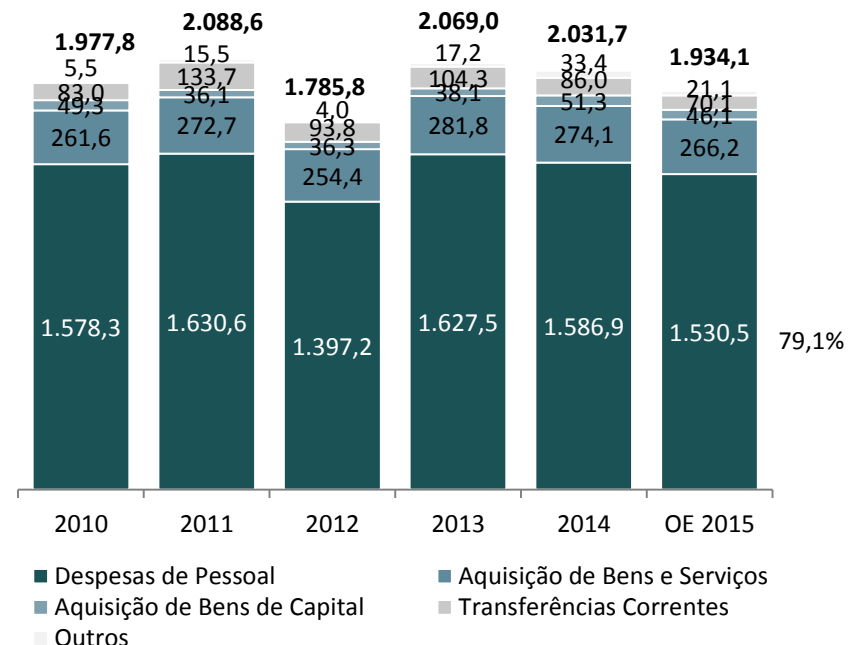
Valores em milhões de Euro



- Em média, cerca de 16% das despesas do MAI são financiadas por receitas próprias ou por fundos comunitários;
- O peso das receitas próprias no orçamento do MAI tem vindo a aumentar nos últimos anos.

Repartição por grandes rubricas de despesa

Valores em milhões de Euro



- As despesas com pessoal representam cerca de 80% da despesa do MAI.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento. Os valores de 2010 a 2013 correspondem à execução efetiva. Os valores de 2014 correspondem a uma estimativa. Em 2013 e em 2014 está incluída a despesa da EMA.

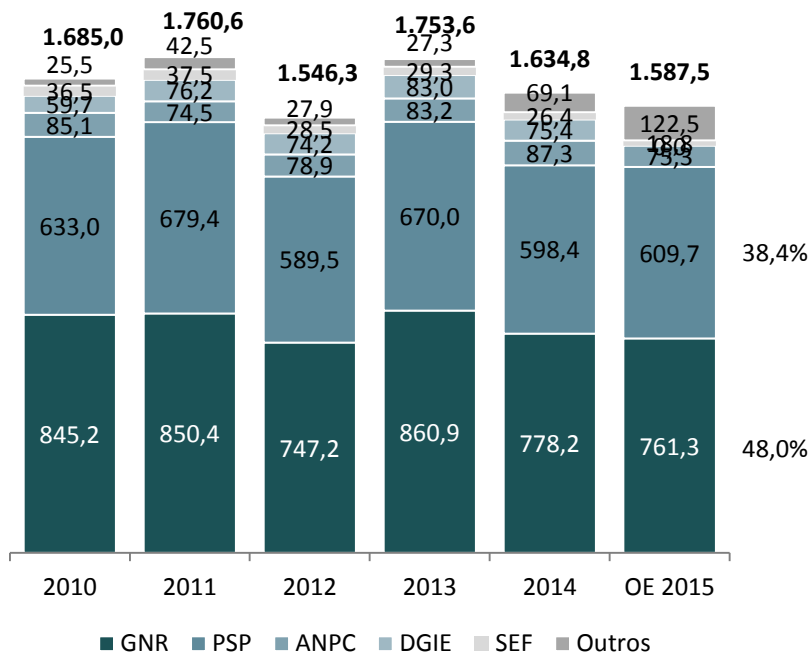
E. Orçamento do MAI

Perspetiva histórica (2/3)



Receitas gerais por serviço

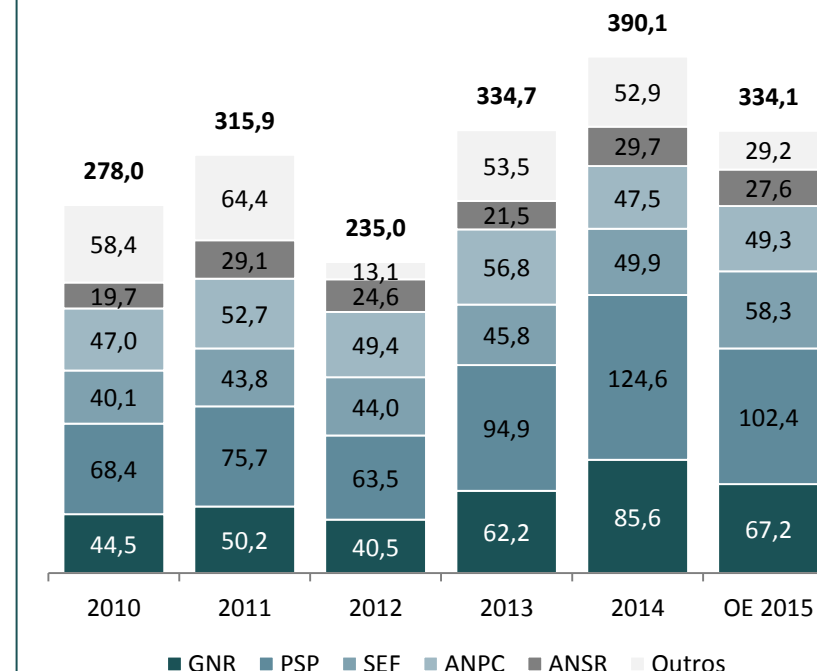
Valores em milhões de Euro



- Em média 87% das receitas gerais atribuídas ao MAI são afetas à GNR e PSP.

Receitas próprias por serviço

Valores em milhões de Euro



- Em média, as receitas próprias têm financiado despesas no valor de 315 M€;
- Pela sua natureza, as receitas próprias apresentam variabilidade significativa.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento. Os valores de 2010 a 2013 correspondem à execução efetiva. Os valores de 2014 correspondem a uma estimativa. Em 2013 e em 2014 está incluída a despesa da EMA.

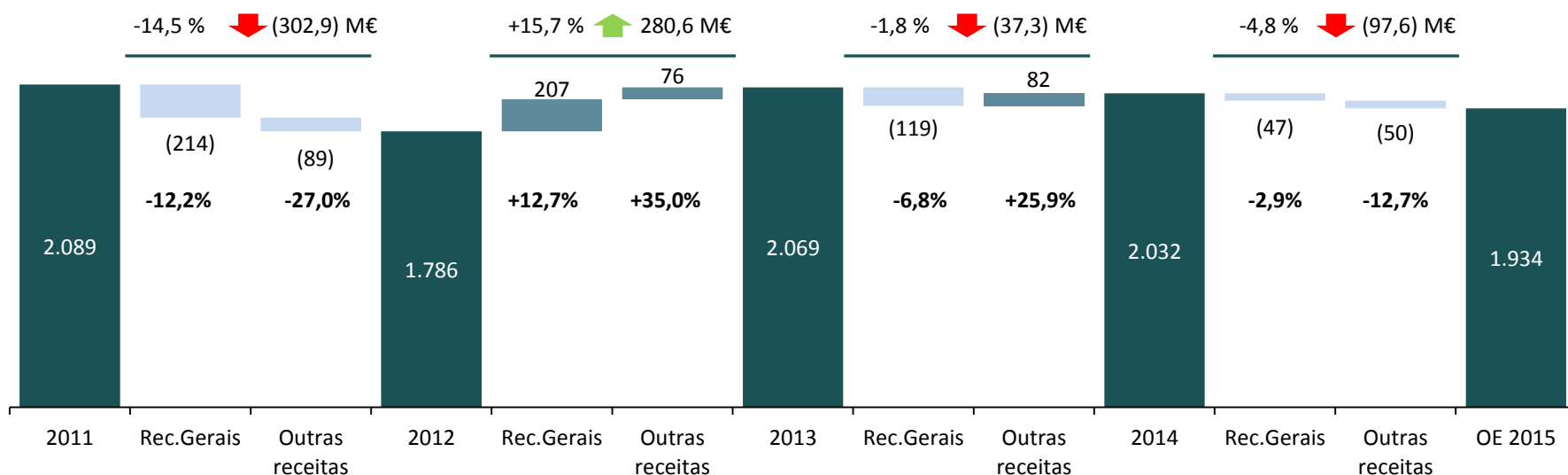
E. Orçamento do MAI

Perspetiva histórica (3/3)



Variações nas receitas gerais e próprias

Valores em milhões de Euro



- As variações do orçamento do MAI no período em análise resultam em grande medida das variações das despesas com pessoal decorrentes das medidas de redução remuneratória e do pagamento de subsídios de férias e de Natal;
- Em 2014 e em 2015 também será muito importante o efeito da saída para a reforma de elementos das forças de segurança.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento. Os valores de 2010 a 2013 correspondem à execução efetiva. Os valores de 2014 correspondem a uma estimativa. Em 2013 e em 2014 está incluída a despesa da EMA.

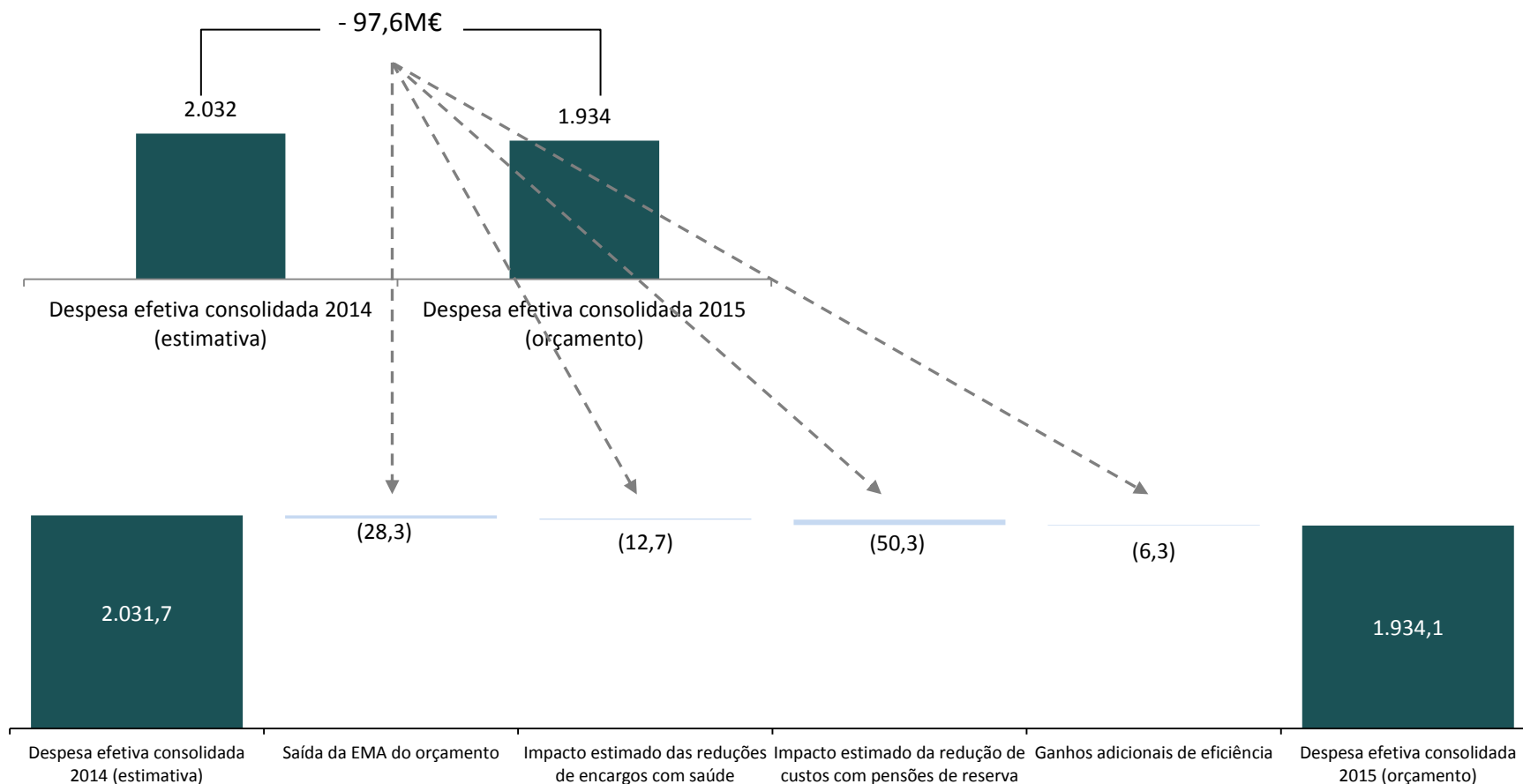
E. Orçamento do MAI

Perspetivas para 2015 (1/10)



Esforço de redução de despesa necessário

Valores em milhões de Euro



Fonte: Direção-Geral do Orçamento. Organismos do MAI.

E. Orçamento do MAI

Perspetivas para 2015 (2/10)



Unidade: milhões de Euro	2014	2015	Variação	Estrutura (%)	
	Estimativa	Orçamento		2013	2014
A) Estado (Serviços Integrados)	1 943,0	1 869,2	-3,8%	91,5	92,5
1. Atividades (funcionamento)	1 875,0	1 816,9	-3,1%	88,3	89,9
1.1. Com cobertura em receitas gerais	1 568,3	1 540,4	-1,8%	73,8	76,2
1.1.1. Funcionamento em sentido estrito	1 359,8	1 394,8	2,6%		
1.1.2. Dotações específicas	208,6	145,6	-30,2%		
1.1.2.1. Encargos com saúde	12,7	0,0	-100,0%		
1.1.2.2. Pensões de reserva	195,9	145,6	-25,7%		
1.2. Com cobertura em receitas consignadas	306,7	276,5	-9,8%	14,4	13,7
2. Projetos (investimento)	68,0	52,3	-23,1%	3,2	2,6
2.1. Financiamento nacional	61,3	47,1	-23,2%	2,9	2,3
2.2. Financiamento comunitário	6,6	5,2	-21,3%	0,3	0,3
B) Serviços e fundos autónomos (SFA excepto EMA)	152,8	151,2	-1,0%	7,2	7,5
C) Entidades públicas reclassificadas (EMA)	28,3	0,0	-100,0%	1,3	0,0
D) Despesa efetiva não consolidada [A + B + C]	2 124,1	2 020,4	-4,9%	100,0	100,0
E) Consolidação entre e intra-subsetores	92,4	86,4	-6,5%		
1. Transferências para a ANPC	80,9	75,3			
2. Transferências da ANSR e SG	11,5	11,1			
F) Despesa efetiva consolidada [D - E]	2 031,7	1 934,1	-4,8%		
G) Despesa não efetiva	17,3	9,3	-46,5%		
1. Aquisição de ativos financeiros	9,3	9,3	-0,5%		
2. Reembolso de passivos financeiros	8,0	0,0	-100,0%		
H) Despesa total consolidada [F + G]	2 048,9	1 943,4	-5,2%		

Fonte: Relatório do Orçamento do Estado para 2015, Quadro IV.7.1, p. 147. Ajustado para refletir a extinção da EMA a 29 de outubro de 2014.

E. Orçamento do MAI

Perspetivas para 2015 (3/10)



Orçamento da GNR

Unidade: milhões de Euro	2014 estimativa	OE 2015	Variação	Peso (%)	
				2014 est.	OE 2015
Aquisição de bens de capital	10,4	14,3	38%	1,2	1,7
Aquisição de bens e serviços	52,9	59,9	13%	6,1	7,2
Aquisição de bens	26,0	26,5	2%	3,0	3,2
Aquisição de serviços	26,9	33,5	24%	3,1	4,0
Despesas com pessoal	800,2	755,0	-6%	92,6	90,9
Abonos variáveis ou eventuais	31,1	27,9	-10%	3,6	3,4
Remunerações certas e permanentes	456,6	464,0	2%	52,8	55,8
Segurança social	312,5	263,1	-16%	36,2	31,7
Outras despesas correntes	0,4	1,3	220%	0,0	0,2
Transferências correntes	0,4	0,4	-3%	0,1	0,1
Total	864,3	830,9	-4%	100,0	100,0

Fonte: Direção-Geral do Orçamento.

Medidas em implementação e outros fatores com impacto na despesa

- ✓ Implementação da nova Lei Orgânica e dos Estatutos;
- ✓ Eliminação do défice do subsistema de saúde e revisão do seu modelo de gestão;
- ✓ Continuação da renegociação de contratos de arrendamento e otimização de património;
- ✓ Melhorias nos procedimentos de contratação pública, em articulação com a UMC da SGMAI;
- ✓ Diminuição do número de elementos na reserva por passagem à reforma;
- ✓ Universalização da tecnologia VOIP;
- ✓ Aprofundamento da monitorização dos custos de funcionamento e estratégias que visem ganhos de eficiência.

E. Orçamento do MAI

Perspetivas para 2015 (4/10)



Orçamento da PSP

Unidade: milhões de Euro	2014	OE 2015	Variação	Peso (%)	
	estimativa			2014 est.	OE 2015
Aquisição de bens de capital	11,8	6,4	-45%	1,6	0,9
Aquisição de bens e serviços	49,7	46,5	-7%	6,9	6,5
Aquisição de bens	15,2	16,4	7%	2,1	2,3
Aquisição de serviços	34,5	30,1	-13%	4,8	4,2
Despesas com pessoal	662,8	658,2	-1%	91,4	92,3
Abonos variáveis ou eventuais	49,3	41,1	-17%	6,8	5,8
Remunerações certas e permanentes	451,1	469,6	4%	62,2	65,8
Segurança social	162,4	147,5	-9%	22,4	20,7
Outras despesas correntes	0,2	1,8	778%	0,0	0,2
Transferências correntes	0,6	0,5	-23%	0,1	0,1
Total	725,1	713,3	-2%	100,0	100,0

Fonte: Direção-Geral do Orçamento.

Medidas em implementação e outros fatores com impacto na despesa

- ✓ Implementação da nova Lei Orgânica e dos Estatutos;
- ✓ Eliminação do défice do subsistema de saúde e revisão do seu modelo de gestão;
- ✓ Continuação da renegociação de contratos de arrendamento e otimização de património;
- ✓ Melhorias nos procedimentos de contratação pública, em articulação com a UMC da SGMAI;
- ✓ Conclusão da reorganização dos dispositivos de Lisboa e Porto;
- ✓ Diminuição do número de elementos pré-aposentados por passagem à aposentação;
- ✓ Universalização da tecnologia VOIP;
- ✓ Aprofundamento da monitorização dos custos de funcionamento e estratégias que visem ganhos de eficiência.

E. Orçamento do MAI

Perspetivas para 2015 (5/10)



Orçamento do SEF

Unidade: milhões de Euro	2014		Variação	Peso (%)	
	estimativa	OE 2015		2014 est.	OE 2015
Aquisição de bens de capital	3,6	2,4	-34%	4,5	2,9
Aquisição de bens e serviços	26,5	25,6	-4%	33,4	31,9
Aquisição de bens	14,2	11,5	-19%	17,9	14,4
Aquisição de serviços	12,3	14,0	14%	15,5	17,5
Despesas com pessoal	47,0	48,6	3%	59,3	60,7
Abonos variáveis ou eventuais	3,6	3,3	-6%	4,5	4,2
Remunerações certas e permanentes	35,2	36,2	3%	44,4	45,3
Segurança social	8,2	9,0	9%	10,4	11,2
Outras despesas correntes	0,2	1,3	707%	0,2	1,6
Transferências correntes e de capital	2,1	2,3	11%	2,6	2,8
Total	79,2	80,0	1%	100,0	100,0

Fonte: Direção-Geral do Orçamento.

Medidas em implementação e outros fatores com impacto na despesa

- ✓ Continuação da renegociação de contratos de arrendamento e otimização de património;
- ✓ Melhorias nos procedimentos de contratação pública, em articulação com a UMC da SGMAI;
- ✓ Contratação de 45 novos inspetores;
- ✓ Aprofundamento da monitorização dos custos de funcionamento e estratégias que visem ganhos de eficiência.

E. Orçamento do MAI

Perspetivas para 2015 (6/10)



Orçamento da ANPC

Unidade: milhões de Euro	2014 estimativa	OE 2015	Variação	Peso (%)	
				2014 est.	OE 2015
Aquisição de bens de capital	3,1	4,2	35%	2,3	3,1
Aquisição de bens e serviços	50,7	59,8	18%	36,9	44,5
Aquisição de bens	1,3	8,3	536%	0,9	6,2
Aquisição de serviços	49,4	51,5	4%	35,9	38,3
Despesas com pessoal	7,5	7,7	3%	5,5	5,8
Abonos variáveis ou eventuais	0,1	0,1	-28%	0,1	0,1
Remunerações certas e permanentes	6,0	6,1	2%	4,3	4,5
Segurança social	1,4	1,6	9%	1,1	1,2
Outras despesas correntes	0,0	1,2		0,0	0,9
Transferências correntes e de capital	76,2	61,3	-19%	55,4	45,7
Total	137,5	134,3	-2%	100,0	100,0

Fonte: Direção-Geral do Orçamento.

Medidas em implementação e outros fatores com impacto na despesa

- ✓ Renegociação de contratos de arrendamento e otimização de património;
- ✓ Melhorias nos procedimentos de contratação pública, em articulação com a UMC da SGMAI;
- ✓ Novo modelo de gestão de meios aéreos na sequência da extinção da Empresa de Meios Aéreos, S.A.;
- ✓ Nova Lei de Bases da Proteção Civil;
- ✓ Revisão do atual modelo de financiamento dos corpos de bombeiros;
- ✓ Aprofundamento da monitorização dos custos de funcionamento e estratégias que visem ganhos de eficiência.

E. Orçamento do MAI

Perspetivas para 2015 (7/10)



Orçamento da ANSR

Unidade: milhões de Euro	2014		Variação	Peso (%)	
	estimativa	OE 2015		2014 est.	OE 2015
Aquisição de bens de capital	6,1	5,6	-9%	19,3	19,2
Aquisição de bens e serviços	9,2	11,3	23%	29,0	39,1
Aquisição de bens	0,3	0,3	-14%	0,9	0,9
Aquisição de serviços	8,9	11,1	24%	28,0	38,2
Despesas com pessoal	2,4	2,5	6%	7,5	8,7
Abonos variáveis ou eventuais	0,0	0,0	-7%	0,2	0,2
Remunerações certas e permanentes	1,9	2,0	7%	5,9	6,9
Segurança social	0,5	0,5	3%	1,5	1,6
Outras despesas correntes	0,3	1,1	324%	0,8	3,6
Transferências correntes	13,8	8,5	-38%	43,5	29,4
Total	31,8	29,1	-9%	100,0	100,0

Fonte: Direção-Geral do Orçamento.

Medidas em implementação e outros fatores com impacto na despesa

- ✓ Melhorias nos procedimentos de contratação pública, em articulação com a UMC da SGMAI;
- ✓ Lançamento de concurso público para o Sistema de Gestão de Contraordenações, com redução de encargos;
- ✓ Implementação do modelo de cobrança de contraordenações pelo poder autárquico;
- ✓ Implementação do Sistema Nacional de Controlo de Velocidade (SINCRO);
- ✓ Estudo de um sistema de carta por ponto que induza um aumento da segurança rodoviária através duma maior sensibilização dos condutores para a penalização de práticas reiteradas de infração;
- ✓ Aprofundamento da monitorização dos custos de funcionamento e estratégias que visem ganhos de eficiência.

E. Orçamento do MAI

Perspetivas para 2015 (8/10)



Orçamento da IGAI

Unidade: milhões de euros	2014		Variação	Peso (%)	
	estimativa	OE 2015		2014 est.	OE 2015
Aquisição de bens de capital	0,009	0,003	-65%	0,4	0,1
Aquisição de bens e serviços	0,439	0,410	-7%	21,5	19,5
Aquisição de bens	0,038	0,032	-15%	1,8	1,5
Aquisição de serviços	0,401	0,378	-6%	19,7	18,0
Despesas com pessoal	1,567	1,684	7%	76,8	80,1
Abonos variáveis ou eventuais	0,104	0,083	-20%	5,1	3,9
Remunerações certas e permanentes	1,167	1,290	11%	57,2	61,4
Segurança social	0,296	0,311	5%	14,5	14,8
Outras despesas correntes	0,025	0,004	-82%	1,2	0,2
Transferências correntes	0,000	0,000	n.a.	n.a.	n.a.
Total	2,040	2,101	3%	100,0	100,0

Fonte: Direção-Geral do Orçamento.

Medidas em implementação e outros fatores com impacto na despesa

- ✓ Aprofundamento da monitorização dos custos de funcionamento e estratégias que visem ganhos de eficiência.

E. Orçamento do MAI

Perspetivas para 2015 (9/10)



Secretaria-Geral do MAI

Unidade: milhões de Euro	OE 2015	Peso (%) OE 2015
Aquisição de bens de capital	10,4	7,6
Aquisição de bens e serviços	54,7	40,3
Aquisição de bens	0,3	0,2
Aquisição de serviços	54,5	40,1
Despesas com pessoal	49,7	36,6
Abonos variáveis ou eventuais	0,1	0,1
Remunerações certas e permanentes	48,2	35,5
Segurança social	1,3	1,0
Outras despesas correntes	8,0	5,9
Transferências correntes e de capital	13,0	9,6
Total	135,9	100,0

Inclui 42,4 M€ para fazer face à alteração da redução remuneratória. Valor a distribuir pelos organismos do MAI.

Medidas em implementação e outros fatores com impacto na despesa

- ✓ Implementação da nova orgânica do MAI, na qual a SGMAI é o único serviço central de suporte;
- ✓ Para além das competências da DGAI nas áreas do planeamento, das relações internacionais, da gestão de fundos comunitários e da administração eleitoral, a SGMAI assumirá as competências da DGIE nas áreas do orçamento de investimento e da contratação pública, em articulação com as restantes entidades do MAI, com destaque para as FSS.

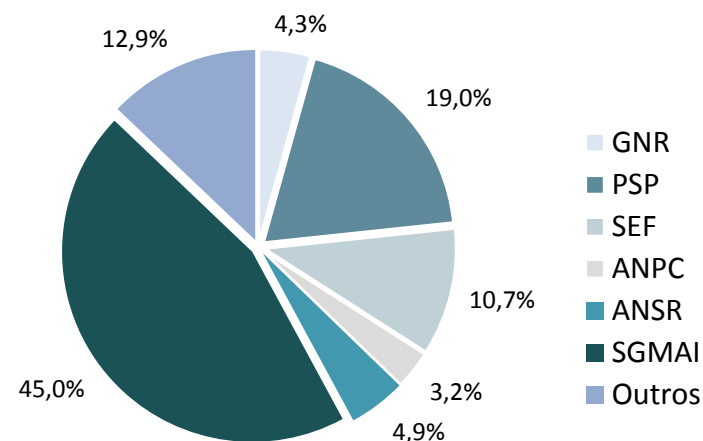
E. Orçamento do MAI

Perspetivas para 2015 (10/10)



Orçamento de Investimento

Unidade: milhões de Euro	OE 2015	Peso (%) OE 2015
Aquisição de bens de capital	46,1	40,0
Construção / edifícios	11,6	10,0
Material de transporte	10,5	9,1
Informática	17,0	14,8
Equipamentos	4,0	3,5
Outros	2,9	2,6
Aquisição de bens e serviços	69,2	60,0
Total	115,3	100,0



Fonte: Direção-Geral do Orçamento.

Nota: O valor da aquisição de bens e serviços refere-se à compra de peças para material de transporte, à conservação de bens e às redes de comunicação.

- Dadas as restrições orçamentais, a política de investimento será muito seletiva, seguindo as prioridades identificadas pelas Forças e Serviços de Segurança;
- Destacam-se a construção e remodelação das instalações das FSS, a aquisição de viaturas operacionais para renovação do parque automóvel e a conclusão do projeto 112.pt.

Na secção seguinte serão apresentados com maior detalhe alguns dos projetos de investimento.



A. Grandes Opções do Plano 2015 na área da Administração Interna

B. Indicadores operacionais na área da Segurança Interna

C. Recursos humanos

D. Medidas de eficiência

E. Orçamento do MAI

F. Projetos estratégicos

1. Gestão de Meios Aéreos
2. Desenvolvimento do SIRESP
3. 112.pt
4. SIIOP
5. SIVICC
6. Investimento no sistema VOIP
7. SINCRO
8. Plano de investimentos
9. Fundos comunitários
10. Gestão de arquivos do MAI

Novo Modelo de Gestão dos Meios Aéreos

Com a extinção da Empresa de Meios Aéreos, S.A. (EMA), entra em funcionamento o novo modelo de gestão dos meios aéreos, no qual a Autoridade Nacional de Proteção Civil fará:

- a gestão dos meios aéreos que integram o património da EMA;
- a gestão integrada do dispositivo permanente no que respeita à locação de meios aéreos.

Modelo mais eficiente de gestão dos meios aéreos, com ganhos, nomeadamente, nas áreas do planeamento e da execução de operações.

Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP)

O Sistema

- Sistema de comunicações móveis comum às forças de segurança, à emergência médica e à proteção civil;
- É um sistema único, baseado numa só infraestrutura de telecomunicações nacional, partilhado, que deve assegurar a satisfação das necessidades de comunicações das forças e serviços de emergência e segurança;
- Permite a centralização do comando e da coordenação das forças, satisfazendo a intercomunicação, a interoperabilidade, a fiabilidade e a racionalização de meios, recursos e custos.

Principais medidas com impacto em 2015

- Estudo de avaliação à qualidade da rede SIRESP (4 dimensões: Cobertura; Grau de Serviço; Segurança; Resiliência), tendo para o efeito sido assinado um protocolo com a ANACOM – concluído.
- Ações em curso:
 - Implementação de um plano de ação para melhoria da rede SIRESP tendo por base o estudo de avaliação;
 - Aquisição de 6.856 Equipamentos Terminais Rádio e Respetivos Acessórios para fornecimento às AHBV;
 - Aquisição de serviços de utilização e operação de geradores para o fornecimento de energia elétrica de emergência a estações base SIRESP.

F. Projetos Estratégicos

Desenvolvimento do SIRESP (2/2)

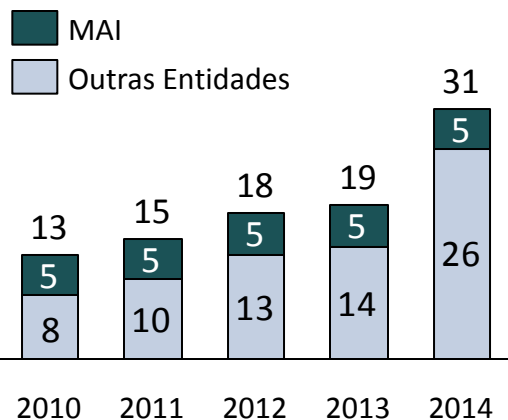


Principais Utilizadores

Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP)

Entidade	2010	2011	2012	2013	2014	
Guarda Nacional Republicana	8.837	10.224	10.471	10.513	10.677	
Polícia de Segurança Pública	6.097	6.977	6.978	7.636	8.103	
Autoridade Nacional de Proteção Civil *	645	2.545	2.738	3.526	6.478	* Os terminais SIRESP das várias corporações de bombeiros estão agregados na Entidade APNC.
Município de Lisboa	355	679	699	989	989	
Polícia Judiciária	19	234	623	682	734	
Instituto Nacional de Emergência Médica	42	165	505	566	569	
Metro de Lisboa	244	335	335	335	335	
Serviço Regional de Proteção Civil, IP - RAM	253	280	283	283	283	
Ministério da Administração Interna	17	45	103	220	254	
Autoridade de Segurança Alimentar e Económica	0	166	181	250	253	
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	125	146	177	242	245	
Outros	1.196	792	1.073	423	482	Variação 2010-2014
Total	17.830	22.588	24.166	25.665	29.402	65%

Nº Entidades Utilizadoras



Novas Entidades 2013 e 2014

- Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores
- Município de Viseu
- Município de Mogadouro
- Município da Amadora
- Município de Seia
- Município de Santiago do Cacém
- DG de Reinserção e Serviços Prisionais
- Administração do Porto de Sines, S.A.
- Vialitoral – Concessões Rodoviárias da Madeira, S.A.
- Concessionária de Estradas Viaexpresso da Madeira, S.A.
- Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, S.A.
- Centro Logístico de Combustíveis da Madeira, S.A.
- Município da Ribeira Brava

Serviço 112

Descrição

- Concretização do projeto 112.pt: está a decorrer um concurso público que pretende introduzir melhorias no serviço, nomeadamente:
 - Maior resiliência do sistema;
 - Mais eficácia;
 - Redundância entre centros;
 - Aumento da eficiência.



Ponto de situação

Fase de avaliação de propostas para:

- Criação do Centro Operacional do Norte (CONOR), com a ligação das chamadas de 9 distritos;
- Ligação dos distritos de Lisboa e de Setúbal ao Centro Operacional do Sul (COSUL);
- *Upgrade* do sistema informático do COSUL;
- Ligação entre os dois centros de forma a garantir a redundância.

Valor do concurso⁽¹⁾:

8,8 milhões de euros
(conclusão no 2T de 2015)

(1) Excluindo IVA.



Sistema
Integrado de
Informações
Operacionais
Policiais
(SIOP)

Descrição

- Sistema de informação de suporte à decisão/ação da GNR;
- Informação em tempo real disponibilizada a todo o dispositivo da GNR.

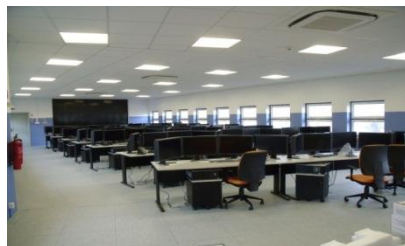
Ponto de situação

- Deverá estar concluído a instalação até ao final de 2014 nos 206 postos que integram este projeto, concluindo o projeto do SIOP

Investimento em curso⁽¹⁾:

3,3 milhões de euros

(1) Incluindo IVA.



Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVICC)

Descrição

Sistema de apoio à deteção e combate a ameaças no âmbito das missões atribuídas à GNR nomeadamente no domínio das:

- Fraudes fiscais e aduaneiras;
- Terrorismo;
- Tráfico de droga;
- Catástrofes ambientais e proteção do ambiente;
- Proteção de atividades económicas;
- Combate ao tráfico ilícito de migrantes por via marítima.

Ponto de situação

- O SIVICC entrou oficialmente em funcionamento no dia 2 de dezembro de 2013;
- Está em curso a fase de garantia e manutenção do sistema, que se prolongará até agosto de 2016.

Investimento do projeto⁽¹⁾:

25,5 milhões de euros

(1) Excluindo IVA.

Objetivo

Dotar os serviços do MAI de tecnologia de comunicação fiável, com elevada qualidade e reduzido custo de funcionamento

Serviço

Objetivo para 2015

PSP

- Finalizar as ligações nos distritos de Lisboa e Porto (2.400 terminais).

ANPC

- Ligar 7 bases permanentes das forças de bombeiros, o CDOS de Lisboa e a Base de Helicópteros de Serviço Permanente.

Serviços Centrais

- Integrar a IGAI – único serviço por integrar.

ANSR e RNSI

- Implementação do serviço nos centros de contacto.

Outros

- Integração com os sistemas de videoconferência existentes no MAI.

Serviço de Voz
por IP (VOIP)

Sistema Nacional de Controlo de Velocidade (SINCRO)

Descrição

- O SINCRO constitui a infraestrutura física e tecnológica que assegurará, de forma completamente automática, a deteção da infração por excesso de velocidade;
- A implementação do SINCRO é um dos objectivos operacionais da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária;
- Este sistema estará bem sinalizado e identificado, constituindo um instrumento de prevenção da sinistralidade rodoviária.

Objetivo: Contribuir para reduzir de forma muito significativa a sinistralidade rodoviária.

Operacionalização

Concurso público internacional que tem como objeto:

- Manutenção e operação do sistema de gestão de eventos de trânsito (**SIGET**);
- Aquisição e instalação das cabinas (50) e dos cinemómetros (30) e respetiva manutenção.

Investimento em equipamentos ⁽¹⁾

4 milhões de euros

(1) Excluindo IVA.

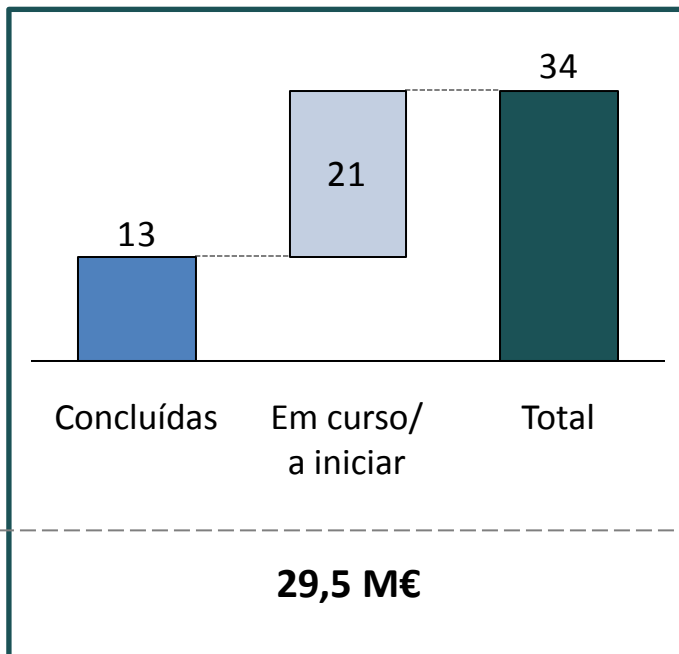
F. Projetos Estratégicos

Plano de investimento – Instalações



Guarda Nacional Republicana

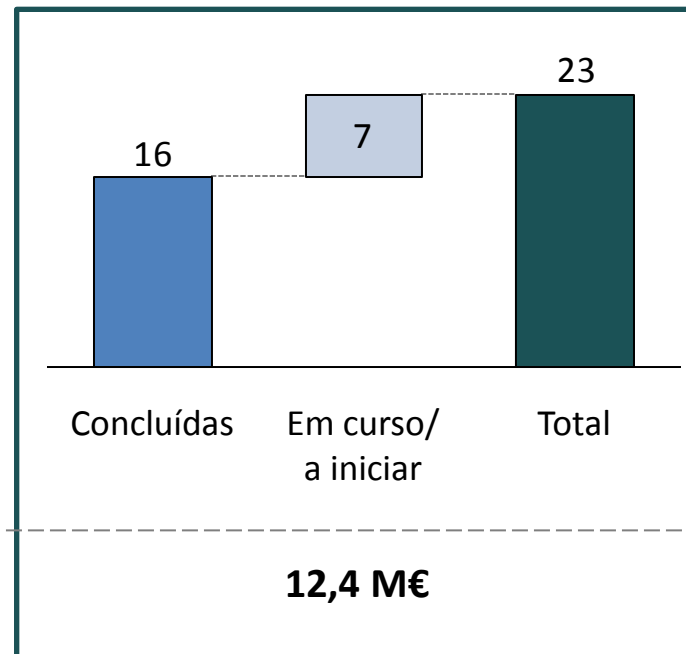
de novas
instalações desde
2011



Valor total do
investimento

29,5 M€

Polícia de Segurança Pública



Orçamento de
investimento para
2015

17,3 M€

para a remodelação e construção de quartéis e esquadras

F. Projetos Estratégicos

Plano de investimento – viaturas



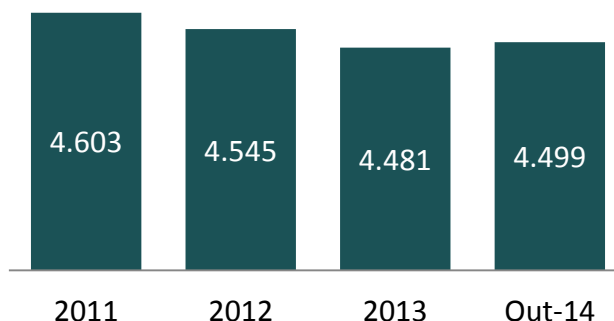
Evolução do parque de viaturas

Guarda Nacional Republicana

Aquisições do ano



Existências no final do período



Idade média da frota

12 anos

Aquisições em 2014

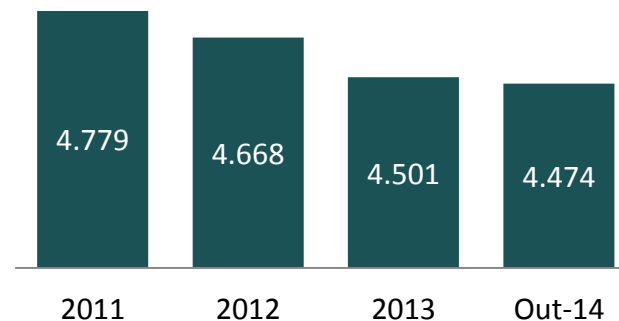
97 entregues até outubro
283 em processamento } 9,9 M€

Polícia de Segurança Pública

Aquisições do ano



Existências no final do período



Idade média da frota

13 anos

Aquisições em 2014

68 entregues até outubro
190 em processamento } 7,0 M€

Orçamento 2015

4,5 M€

2,2 M€

F. Projetos Estratégicos

Fundos comunitários – POVT



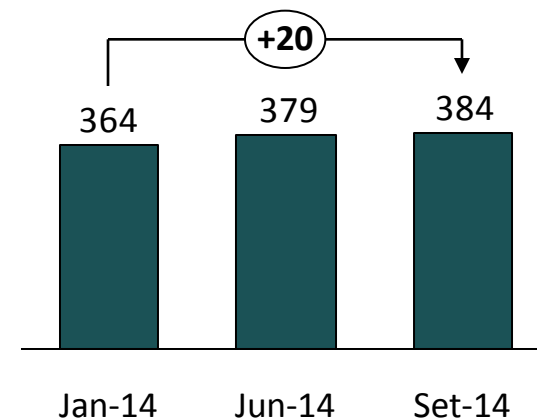
Eixo II – Domínio “Prevenção e Gestão de Riscos”

Nº operações

Programa
Operacional de
Valorização do
Território (POVT)

• A Secretaria-Geral do MAI, enquanto Organismo Intermédio do domínio de intervenção “Prevenção e Gestão de Riscos” do POVT, apresenta o seguinte ponto de situação a 30 de setembro de 2014:

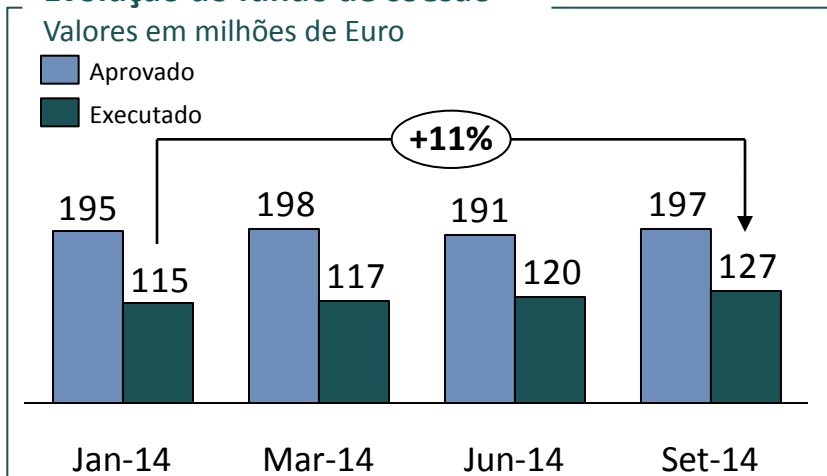
- Nº Operações: 384
- Investimento elegível: 221,4 M€
- Fundo de coesão admitido: 197,2 M€
- Fundo de coesão executado: 126,9 M€
- Taxa de realização: 64,4%



Evolução do fundo de coesão

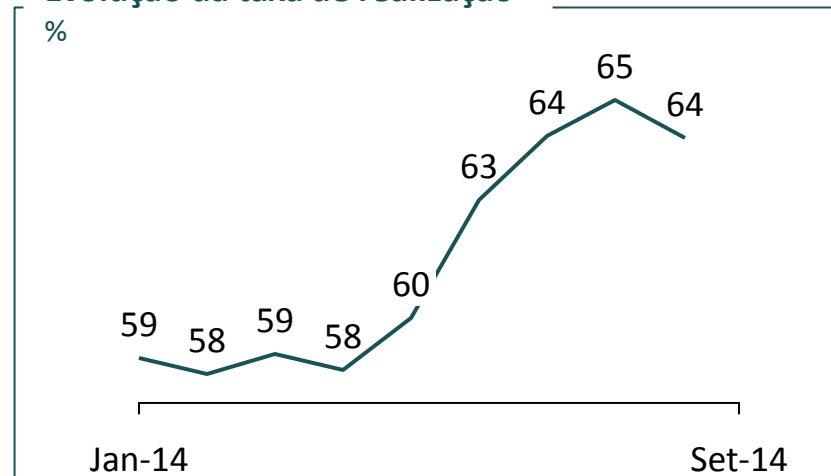
Valores em milhões de Euro

■ Aprovado
■ Executado



Evolução da taxa de realização

%



F. Projetos Estratégicos

Fundos comunitários – Quadro SOLID



Solidariedade e Gestão dos Fluxos Migratórios (SOLID)

Fundo Europeu
para os
Refugiados (FER)

Programas Anuais – 2008 a 2013 (milhões de Euro)

Fundo Aprovado / Reprogramado	2,49
Fundo Executado	1,71
Taxa de Realização	69%

Fundo Europeu
para as Fronteiras
Externas (FFE)

Programas Anuais – 2007 a 2013 (milhões de Euro)

Fundo Aprovado / Reprogramado	15,80
Fundo Executado	9,67
Taxa de Realização	61%

Fundo Europeu
para a Integração
de Nacionais de
Países Terceiros
(FI)

Programas Anuais – 2007 a 2013 (milhões de Euro)

Fundo Aprovado / Reprogramado	15,26
Fundo Executado	7,66
Taxa de Realização	50%

Fundo Europeu
de Regresso (FR)

Programas Anuais – 2008 a 2013 (milhões de Euro)

Fundo Aprovado / Reprogramado	7,10
Fundo Executado	3,16
Taxa de Realização	45%

• Autoridade Responsável:
SGMAI

• Encontram-se encerrados 18 Programas Anuais – a totalidade dos PA de 2007 a 2011;

• Encontra-se a decorrer a execução dos 4 Programas Anuais de 2012 e dos 4 Programas Anuais de 2013.

F. Projetos Estratégicos

Fundos comunitários – QFP 14-20 – Assuntos Internos



1. Fundo de Segurança Interna (FSI)

FSI – Fronteiras e Vistos

- Promover uma maior qualidade do serviço de vistos;
- Reforçar o desenvolvimento de um sistema integrado de gestão de fronteira;
- Investimentos que promovam um uso acrescido de tecnologias modernas na fronteira;
- Apoiar e reforçar os recursos na área do controle fronteiriço;
- Promover sinergias na presença consular, de modo a aumentar a coerência e efetividade de políticas de vistos da EU.

FSI – Cooperação Policial

- Prevenção e combate à criminalidade transfronteiriça, grave e organizada;
- Aumentar os níveis de segurança para os cidadãos e as transações no ciberespaço;
- Prevenir e combater o terrorismo;
- Aumentar a capacidade de proteção de infraestruturas críticas em todos os setores económicos e aumentar a resiliência da Europa a crises e desastres;
- Melhorar a troca de informações.

2. Fundo de Asilo, Migração e Integração (FAMI)

- Implementação de um Sistema Europeu Comum de Asilo;
- Imigração legal orientada para impulsionar a competitividade económica e a coesão social da EU;
- Implementação e desenvolvimento de estratégias de integração aos níveis local e regional;
- Gestão da imigração irregular.

Valor Disponível por Fundo	VALOR (Milhões de Euro)
FSI – FV	18,9
FSI – CP	18,7
FAMI	32,8
Total	70,4

- Entrega da proposta formal do Programa Nacional à Comissão Europeia a 11/08/2014, dentro dos prazos definidos pela EU;
- Portugal foi dos primeiros EM a remeter a sua proposta de Programa Nacional à Comissão Europeia.

**Programa
Operacional de
Sustentabilidade
e Eficiência no
Uso de Recursos
(POSEUR)**

Objetivo do POSEUR:

- “[...] contribuir para a afirmação da Estratégia Europa 2020, especialmente na prioridade de crescimento sustentável, respondendo aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos e na promoção de maior resistência face aos riscos climáticos e às catástrofes.”

Objetivo Temático (OT):

- OT 5 – “Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão dos riscos”

Dotação Orçamental Disponível OT5:

- 433 M€;
- Este valor será afeto em regime concorrencial;
- Podem concorrer a este OT candidaturas vindas da esfera da proteção civil ou do ambiente.

Investimento previsto no MAI:

- Aquisição de 2 aviões pesados anfíbios a operar no âmbito nacional e no Mecanismo Comunitário de Proteção Civil;
- Equipamentos e infraestruturas para a área de Proteção Civil.

Gestão de arquivos do MAI

Os arquivos do MAI

- Atingem 137.000 metros lineares;
- Estão localizados em espaços físicos diferenciados e dispersos por todo o território português;
- Possuem mecanismos de segurança muito elementares;
- Utilizam procedimentos de arquivo, consulta e acesso não uniformizados.

Ponto de situação

- Elaborado Plano de Classificação MAI que aguarda validação da DGLAB.

Está a ser preparada a candidatura para submissão ao programa comunitário COMPETE com a finalidade de criar um instrumento único para a gestão de documentos de arquivo.

Vantagens:

- ✓ Aumentar a eficácia no acesso e na gestão dos documentos de arquivo com desmaterialização documental;
- ✓ Rentabilizar os espaços ocupados pelos fundos documentais com redução de custos e estruturas;
- ✓ Maior interoperabilidade organizacional ao nível interno, nacional e europeu.

***Criação do Portal Digital do
MAI envolvendo todas as
entidades do MAI***



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO
INTERNA